

Artigo de Reflexão/Ensaio

A branquitude e as dimensões do não-dito na/da terapia ocupacional

Whiteness and the dimensions of the unsaid in/of occupational therapy

Roberta de Mendonça Porto^a , Carla Regina Silva^b 

^aUniversidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^bUniversidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

Como citar: Porto, R. M., & Silva, C. R. (2023). A branquitude e as dimensões do não-dito na/da terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31, e3531. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoARF270735311>

Resumo

As reflexões apresentadas neste ensaio trazem um recorte do percurso de investigação da pesquisa “Racismo, branquitude e a produção de conhecimento da/na terapia ocupacional”, uma composição de diferentes fluxos, experiências, construções e encontros, mobilizadas pelo compromisso técnico, ético, estético e político de contribuir com o debate sobre o racismo, colocando em análise a branquitude da/na terapia ocupacional. Sob as pistas da pesquisa intervenção cartográfica, este trabalho teve como principal material as análises que emergiram do grupo de estudos BranquiTOde, organizado para debater sobre a temática proposta. Suleadas pelos “Estudos Críticos da Branquitude”, desafiamos-nos a olhar para nossa própria branquitude e nosso próprio racismo enquanto mulheres brancas, pesquisadoras e terapeutas ocupacionais, e, com base nessa inflexão, foram feitos diversos debates sobre o racismo e a branquitude que engendram as relações do/no campo. Ao aprofundar os processos de compreensão sobre como os sistemas hegemônicos produzem e reproduzem lógicas coloniais racistas, baseadas na ideia de supremacia racial das pessoas brancas, propomos algumas reflexões sobre de que maneiras as exclusões e desigualdades interferem diretamente nas atividades humanas das pessoas e coletivos dos sujeitos que temos o privilégio de acompanhar nos mais diferentes campos, práticas com a terapia ocupacional. Ademais, compreendemos que produzir questionamentos sobre as desigualdades raciais na universidade/terapia ocupacional significa questionar as epistemologias dos campos de conhecimento e abrir frestas para outras cosmovisões, outras perspectivas de mundo, de vida, de universidade, sendo uma aposta na invenção de outros modos de produzir ciência e epistemologias.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Raça, Racismo, Epistemologia.

Abstract

The reflections presented in this essay are part of the investigation path of the research 'Racism, Whiteness and the production of knowledge of/in Occupational

Recebido em Fev. 17, 2023; 1ª Revisão em Mar. 13, 2023; 2ª Revisão em Maio 27, 2023; Aceito em Jun. 19, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Therapy', a composition of different fluxes, experiences, constructions and encounters, mobilized by the technical, ethical, aesthetic and political contribution to the debate on Racism, putting into analysis the Whiteness of/in Occupational Therapy. Under the clues of the cartographic intervention research, this work had as main material, analyzes that emerged from the BranquiTOde study group, organized to discuss the proposed theme. Inspired by the "Critical Studies of Whiteness" we challenge ourselves to look at our own whiteness and our own racism as white women, researchers, and occupational therapists, and from this inflection several debates were made about racism and whiteness that engender the relations of/in the field. By deepening the understanding processes on how hegemonic systems produce and reproduce racist colonial logics, based on the idea of racial supremacy of white people, we propose some reflections on the ways in which exclusions and inequalities directly interfere in the human activities of people and collectives of subjects. that we have the privilege of accompanying in the most different fields, practices with Occupational Therapy. Furthermore, we understand that producing questions about racial inequalities in the University/Occupational Therapy, means questioning the epistemologies of the fields of knowledge and opening cracks to other cosmovisions, other perspectives of the world, of life, of the university, is a bet on the invention of others. ways of producing practices, knowledge, and possible worlds.

Keywords: Occupational Therapy, Race, Racism, Epistemology.

Pior do que uma voz que cala/É um silêncio que fala

Martha Medeiros

O Silêncio e o Eco

Martha Medeiros provoca. Ecoamos tal provocação a todo o campo acadêmico e, neste ensaio, especialmente, convocamos a terapia ocupacional a refletir sobre seus saberes-fazeres-sentires, ao trazer para uma frequência audível os silêncios e silenciamentos que também compõem nossa história. Nesse movimento, colocamos nos amplificadores alguns marcadores históricos da profissão, seu processo de constituição e expansão, a partir das vibrações emitidas pelos estudos críticos da branquitude.

Algumas acústicas e suas vibrações foram captadas no percurso de investigação da pesquisa "Racismo, branquitude e a produção de conhecimento da/na terapia ocupacional"¹, uma composição de diferentes fluxos, experiências, construções e encontros, mobilizada pelo compromisso técnico, ético, estético e político de contribuir com o debate sobre o Racismo, colocando em análise a branquitude da/na terapia ocupacional. Na trajetória, em curso, desafia-se a olhar para o racismo estrutural que sustenta toda a sociedade, inclusive a Universidade e os campos de conhecimento nas diferentes áreas, bem como a produção científica brasileira, que se ergueu e se mantém

¹ A pesquisa "Racismo, Branquitude e a produção de conhecimento da/na terapia ocupacional" compõe parte de um estágio de pós-doutorado no Departamento de Terapia Ocupacional e no Programa de Pós-graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos – PPGTO/ UFSCar, realizada entre março de 2021 e março de 2022.

sustentada pelo colonialismo e pela branquitude. Com base nisso, coloca-se, no centro das análises, “nós mesmas”, mulheres cis, brancas, maioria na terapia ocupacional, que engendram as relações do/no campo. Produzir com base na perspectiva crítica significa se conscientizar por meio da autocrítica.

Para tanto, seguimos as pistas dos silêncios, dos não-ditos na/da terapia ocupacional, “É o silêncio que fala”, que ecoou e apontou alguns caminhos para seguir com as reflexões e análises. Os silêncios e os silenciamentos apareceram de muitas maneiras, como apresentaremos ao longo do trabalho, e, neste sentido, pactuamos que é preciso dizer. Quebrar o silêncio. Apontar os silenciamentos. Dizer os não ditos historicamente da/na terapia ocupacional.

Produção de Ondas Sonoras

Este ensaio deriva de reverberações na produção da pesquisa “Racismo, branquitude e a produção de conhecimento da/na Terapia ocupacional”, que teve como objetivo aproximar os estudos críticos da branquitude e a terapia ocupacional. No entanto, há um objetivo “primeiro” para esta pesquisa – *seu primeiro fluxo* –, o que mobiliza a chegada das pesquisadoras a este campo de debate, que passa pelo desejo/objetivo/necessidade de olhar para sua própria branquitude, trazê-la para o centro da análise e estudar o racismo a partir de si mesmas. Localizamo-nos nessa trama, como mulheres brancas, com trajetórias profissionais e acadêmicas de posicionamentos progressistas e críticos em relação às injustiças sociais e às condições de vida. Um percurso de atuação em serviços públicos engajado na implementação e efetivação das políticas públicas, sulleadas pelos discursos de luta pela redução das desigualdades e exclusões sociais. Por muito tempo, estavam em primeiro plano nas análises as condições de classe e a redução das vulnerabilidades sociais dos sujeitos, com alguns dados relacionados a gênero, e bem pouco, ou quase nada, nessas análises, eram consideradas as questões e relações étnico-raciais.

Não olhar e não enfrentar a questão, trazendo para o debate as problemáticas decorrentes das desigualdades raciais em nossas análises, pesquisas e práticas acompanhou a trajetória de silêncios e silenciamentos da própria profissão, que vem sendo confrontada pelas vozes, sobretudo das estudantes negras, que chegam à universidade e aos cursos de terapia ocupacional, em especial por meio da Lei n. 12.711 de agosto de 2012, a Lei de Cotas (Brasil, 2012). Essa lei estabeleceu o prazo de até o ano de 2016 para que as universidades públicas destinem metade de suas vagas, nos processos seletivos, para estudantes egressos de escolas públicas, além de considerar como critério prioritário de acesso à universidade pública as questões étnico-raciais e a classe social. É importante ressaltar que esta lei é resultado da luta histórica dos movimentos sociais, movimentos negros, de feministas negras, vozes que vêm deslocando a Universidade e trazendo consigo outras epistemologias, outras cosmovisões e que provocaram/provocam em nós, enquanto pesquisadoras, um mergulho nos estudos sobre raça e racismo, racismo estrutural, interseccionalidade, colonialismo e branquitude.

Além disso, as/os próprias/os terapeutas ocupacionais negras e negros, seus estudos, práticas e pesquisas com enfoque nas relações raciais têm produzido sobre e com a população negra – essas pessoas e seus coletivos têm sido protagonistas nesse movimento de quebrar o silêncio em torno do racismo da/na Terapia Ocupacional. Portanto, muitas

das nossas inquietações para refletir sobre branquitude no campo surgem com base no conhecimento produzido e nos tensionamentos provocados por estas experiências sobre o tema do racismo (Melo & Cruz, 2022; Pereira, 2022; Ambrosio & Silva, 2022; Ambrosio, 2020; Costa et al., 2020; Farias et al., 2018, 2020; Sousa, 2021).

Deslocada por tais questões, esta pesquisa foi composta por diferentes linhas e forças, que sob as pistas da pesquisa intervenção cartográfica assume que toda pesquisa é um ato político (Rocha & Aguiar, 2003). Neste ensaio, apresentamos um recorte com algumas reflexões produzidas com base nesta cartografia, que emergiu do grupo de estudos BranquiTOde, um grupo organizado com o objetivo de refletir e debater sobre a temática da branquitude e a terapia ocupacional. Os encontros aconteceram de maneira remota, síncronos, quinzenais, com duração de duas horas, no período de abril a setembro de 2021, totalizando 11 encontros. O grupo foi composto por sete pessoas, quatro terapeutas ocupacionais, duas estudantes de terapia ocupacional e uma artista plástica envolvida em grupo de pesquisa e projetos com a terapia ocupacional.

As reflexões foram suscitadas com base na leitura de autores brasileiros que debatem sobre a questão da branquitude no Brasil, como Maria Aparecida da Silva Bento, Lia Vainer Shucman e Lourenço Cardoso. Sob essas lentes, buscou-se colocar em análise os engendramentos da branquitude que reverberam na construção dos fazeres e saberes da terapia ocupacional, e, a partir disso, produzimos algumas reflexões, apresentadas neste trabalho, sobre a constituição epistemológica do campo no Brasil.

Interessa-nos suscitar um debate sobre os efeitos dessa relação nas práticas e nas produções das pesquisadoras do campo, voltando-nos para uma produção tacitamente reconhecida, como uma maneira de pensar e fazer a terapia ocupacional, posicionada criticamente na luta pela redução das injustiças sociais no Brasil, que organizou todo um aporte teórico e prático em torno da crítica social e em defesa de ideais democráticos. Frente a isso, busca-se produzir algumas reflexões sobre como esse campo tem enfrentado as problemáticas relacionadas às questões étnico-raciais e aos racismos.

Caixa Amplificadora: Estudos Críticos da Branquitude

O colonialismo e as colonialidades introduziram, nos países colonizados, a ideia de raça associada a uma valoração, que dispõe os sujeitos entre superiores ou inferiores, conforme a raça a que cada pessoa pertence. Nesses processos de racialização, os sujeitos brancos, sob os discursos do colonialismo, impuseram-se como a raça pertencente ao topo da pirâmide, de maneira a impor uma supremacia racial e, com isso, produziram uma série de violências de diferentes ordens, a fim de manter os lugares de maior privilégio na sociedade (Quijano, 2005).

No circuito das violências, foram produzidos discursos e práticas de inferiorização daqueles que não compartilham da mesma origem, cor da pele, fenótipo, hábitos, culturas e a toda diferença, daqueles que se impunham como o padrão universal, os sujeitos brancos. No Brasil, especificamente, a violência colonial se voltou contra os indígenas, por meio de um genocídio dos povos originários, e posteriormente, contra os negros, sequestrados dos países africanos e escravizados por mais de duzentos anos neste país (Nascimento, 2016). Esse processo de colonização contribuiu para a naturalização da ideia da identidade racial branca como o modelo universal de humanidade, como o padrão, ao mesmo tempo em que as identidades raciais, que não compartilham das mesmas características dos sujeitos brancos, são reconhecidas como “os outros” (Bento, 2020; Piza 2020).

Os colonialismos e as colonialidades, bases da construção e da sustentação da branquitude, forjou a “Narrativa Mestra da Branquitude”, por meio de um conjunto de práticas e discursos, produzidos durante a expansão/invasão colonial europeia, que impôs pela violência a posição de superioridade branca em diferentes dimensões (Laborne, 2017, p. 92). Os efeitos disso são subjetividades produzidas a partir da ideia de raça e a hierarquização entre elas, o que legitima o racismo e engendra as relações raciais e sociais, em especial, no território brasileiro.

Referimo-nos como branquitude a “um modo de comportamento social, a partir de uma situação estruturada de poder, baseada numa racialidade, tida como neutra, não nomeada, mas sustentada pelos privilégios sociais continuamente experimentados” (Laborne, 2017, p. 92). Pode ser entendida como a posição de grupos sistematicamente privilegiados no que diz respeito a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo que se mantêm preservados na contemporaneidade (Schucman, 2020b). A posição social conferida aos sujeitos com traços fenotípicos de ascendência europeia os colocou em uma posição de vantagem, construída historicamente, por uma narrativa que dominou as possíveis explicações sobre as diferenças entre os europeus e “os outros”. Uma narrativa construída e naturalizada que toma a identidade branca como norma e padrão, e serve como “medida e modelo” para os demais povos (Laborne, 2017; Steyn, 2004). Ademais, é preciso estar atento ao fato de que “a ideia do negro bárbaro é uma invenção europeia” (Césaire, 2020, p. 39).

É importante reconhecer a identidade racial dos sujeitos brancos e o conjunto de privilégios envolvidos nessa construção social, a fim de desnaturalizar a ideia de padrão universal e, conseqüentemente, sua dominação aos outros grupos raciais (Laborne, 2017). A branquitude é uma posição de privilégios, que coloca os sujeitos brancos em posição de vantagem e melhores condições de acesso aos recursos materiais e simbólicos, iniciados pelo colonialismo, e preservados ao longo do tempo. Para Schucman (2020b), é importante entender como se constroem as estruturas de poder concretas, em que as desigualdades raciais se ancoram. Nesse sentido, é necessário compreender as relações de poder da branquitude, localizando os pontos e as relações em que ela produz efeitos e materialidades no cotidiano, ou seja, pensar o poder da branquitude, ligado a uma rede na qual os sujeitos brancos estão exercendo, cotidianamente, consciente ou inconscientemente, pequenas técnicas, procedimentos, mecanismos que constituem efeitos localizados nas desigualdades raciais (Schucman, 2020b).

A autora ainda destaca algumas características dessa posição de poder que sustenta a branquitude e, em forma de questionamento, ela apresenta “invisibilidade ou fantasia de invisibilidade?” (Schucman, 2020b, p. 62). Schucman mostra que, por um lado, há uma invisibilidade característica da identidade racial branca, que se traduz pela falta de percepção do indivíduo branco, como ser racializado, levando-os a compartilharem, coletivamente, a percepção de que ser sujeito branco é algo “natural e normal”, e, conseqüentemente, os que têm sua cor em destaque sendo aqueles que têm a visibilidade da raça. Por outro lado, Frankenberg (2004) argumenta que não se trata de invisibilidade da identidade racial branca, mas que ela só é vista por alguns, e não por outros; a depender dos interesses, ela é anunciada ou invisibilizada.

Ademais, a invisibilidade só é possível quando uma sociedade chega ao alto nível de supremacia racial branca, na qual as populações negra e indígena são silenciadas e não têm permissão ou poder para apontar a identidade racial branca, além de os brancos não se reconhecerem como sujeitos racializados, pelo contrário, identificam-se como “normais”

e os “outros” é que precisam alcançá-los em nível intelectual, moral, estético, econômico, entre outros (Frankenberg, 2004; Schucman, 2020b). Ainda sobre a invisibilidade, há autores (Cardoso, 2008; Wray, 2004) que apontam para os tensionamentos desse pensamento, que pode ser utilizado como uma maneira de privilegiar ainda mais a branquitude, uma maneira de justificar que a falta de percepção dos brancos, como sujeitos racializados, não daria a eles condições de questionar seus privilégios. Esses autores reconhecem que a branquitude é, sim, perceptível para os brancos, e que estes podem usar de seus privilégios justamente por terem consciência deles.

Tais privilégios conferem aos sujeitos brancos uma série de situações de vantagem em relação aos negros e indígenas, e isso não se dá apenas, como alguns discursos sociológicos justificam, devido às condições de classe que os negros foram inseridos após o período de escravização, mas, pelo fato de que os brancos têm vantagens sociais, tanto com a opressão racial quanto com o racismo, à medida que é por meio desses mecanismos que a população branca tem vantagens no acesso das posições mais desejadas socialmente. Neste ponto, vale exemplificar as vantagens de acesso à universidade e à pós-graduação, por exemplo. Além de uma série de privilégios materiais, a branquitude está em vantagem em nível simbólico, recaindo sobre a identidade racial branca atributos como inteligência, beleza, cultura, entre outros, conferindo a estes sujeitos um modo de subjetivação que os leva a ter uma percepção de superioridade em relação aos negros e indígenas (Schucman, 2020b).

Com base nisso, compreendemos que a colonização e o racismo têm efeitos nos modos de subjetivação dos sujeitos, negros e brancos, e, por isso, é uma armadilha restringir as pesquisas no campo das relações raciais à população negra, pois, como aponta Bento (2020, p. 27), “evitar focar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio”, material e simbólico da branquitude. Nesse sentido, a branquitude é entendida como uma posição ocupada pelos sujeitos brancos, lugar que os confere um privilegiado acesso aos recursos, materiais e simbólicos, além de poder nas relações, exercidas por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos, engendrados pelas desigualdades sociais (Schucman, 2020b).

Os privilégios das pessoas brancas, em relação às pessoas negras, colocam-nas, cotidianamente, em situações de vantagem e acesso. A branquitude esteve apoiada, historicamente, e permanece socialmente, na ideia de superioridade, independente se estas pessoas se reconhecem ou se manifestem conscientes ou não, todas são subjetivamente produzidas por estas forças, o que confere à branquitude um lugar de superioridade na sociedade. Com isso, os sujeitos brancos obtêm privilégios nas relações em razão deste pertencimento (Bento, 2020; Schucman, 2020b).

Com base nesta compreensão, os estudos críticos da branquitude passaram a identificar a necessidade de analisar a identidade racial branca, enquanto elemento ativo nas relações sociais, marcadas pelo colonialismo europeu. Diferentes intelectuais, em diferentes contextos históricos e sociais, apontaram para os efeitos da colonização e do racismo na subjetividade das pessoas negras e, também, das pessoas brancas (Silva, 2017). Essas análises produziram, sobretudo, após a década de 1990, nos Estados Unidos, um deslocamento nos estudos sobre raça, no momento em que mudam o foco dos “outros” racializados, e passam a focar no centro do que sustenta as relações racistas, incluindo os sujeitos brancos, e colocar em análise essa subjetividade com base na noção de raça. Isso significou deslocar o branco da ideia do universal, do padrão, e

lhe conferir um lugar racializado, de uma subjetividade construída ligada a uma superioridade e apresentar a possibilidade de consciência sobre os fatos.

Estes estudos se expandiram em diferentes campos de conhecimento e nas diferentes regiões do mundo, onde a branquitude é pensada de maneira localizada, conforme o contexto em que é produzida. No Brasil, estes estudos entram em cena, com maior visibilidade, a partir do ano 2000 (Cardoso, 2008), mas, não podemos deixar de citar importantes pesquisadoras e pesquisadores que, desde meados da década de 1990, articulavam em suas análises a ideia de branqueamento/branquitude, como Iray Cardoso, Maria Aparecida Silva Bento, Edith Piza, Liv Sovik. Antes disso, em 1950, Guerreiro Ramos destaca em suas análises a necessidade de se debater sobre a identidade racial branca. Estes primeiros intelectuais e trabalhos deram base para se pensar no conceito de branquitude na sociedade brasileira, e provocaram deslocamentos conceituais importantes ao problematizarem as pesquisas sociais que hegemonicamente eram pensadas com base em referenciais eurocentrados, que privilegiavam a identidade racial branca.

É importante ressaltar, no campo dos estudos das relações étnico-raciais, que este deslocamento analítico, provocado pelos estudos críticos da branquitude, não minimiza a necessidade e a importância das pesquisas sobre as pessoas negras e as subjetividades produzidas em contextos de desigualdades raciais e racismos, e muito menos escamotear as desvantagens impostas ao povo negro nas relações sociais. Ao contrário disso, as pesquisas sobre branquitude buscam desnaturalizar a ideia de que apenas as pessoas negras são racializadas e, com isso, adentrar na racialidade branca, a fim de trazer para a análise os modos de funcionamentos dos sujeitos e das relações numa sociedade racializada, em que a supremacia é branca (Bento, 2002).

As atuais pesquisas sobre branquitude apresentam maior adensamento do conceito e articulam a construção de uma teoria (Silva, 2017), com base em inflexões localizadas nos diferentes campos de conhecimento. Seguindo nessa direção, este ensaio faz uma aproximação entre os estudos críticos da branquitude e a terapia ocupacional, para pensar a construção deste campo de práticas e conhecimentos. Com isso, produz alguns tensionamentos sobre como a branquitude esteve presente na construção dos saberes epistemológicos da terapia ocupacional no Brasil e analisa os efeitos dessa relação nas práticas e nas produções das pesquisadoras do campo.

Caixa de Ressonância: A Branquitude e a Produção de Conhecimento

As instituições se configuram como importantes espaços de sustentação do racismo e dos privilégios. Neste sentido, compreendemos a universidade como um dispositivo que conserva as relações de poder e perpetua as desigualdades raciais. Tais relações de poder no campo acadêmico, sob as lentes dos estudos críticos da branquitude, estão baseadas na ideia de raça – um dos pilares estruturantes da Universidade – e são compreendidas como efeitos da branquitude, intrinsecamente ligadas à história de dominação colonial e à construção da perspectiva eurocêntrica de mundo. Neste contexto foi produzida a intelectualidade brasileira, com base no conhecimento colonial, eurocentrado, como um espaço de supremacia branca, que vem perpetuando os privilégios da branquitude. Neste sentido, é importante também ressaltar o imperialismo estado-unidense, assim como suas doutrinas de como exercer determinados modos de vidas.

Portanto, não é possível pensar sobre a produção de conhecimento de determinado campo de saber, desvencilhando os modos de subjetivação dos sujeitos produtores desses conhecimentos. Os estudos sobre a branquitude nos ajudam a pensar nessa produção subjetiva – seus pactos – e como estão envolvidos em uma trama estruturante e estruturadora, na qual reproduzem, consciente ou inconscientemente², as desigualdades raciais.

Nessa direção, Bento (2002, p. 55-56) aponta de que maneira historicamente a elite branca brasileira criou estratégias para apagar a história dos negros da historicidade oficial da nação, com o objetivo de manter sua supremacia racial. Cida Bento afirma: “o silêncio não pode apagar o passado”. Ao examinar essa história, a autora desenvolve, a partir da psicanálise de Freud, a ideia de que há um conjunto de conteúdos, pactos, contratos e alianças provenientes do inconsciente psíquico, “por meio dos quais os sujeitos se ligam uns aos outros e ao conjunto grupal, por motivos e interesses superdeterminados”. A partir desse acordo inconsciente, os sujeitos agem para manter os interesses do seu próprio grupo; a isso ela chama de “pactos narcísicos”.

A universidade, os círculos intelectuais enquanto espaços de reprodução dos pactos para a manutenção dos privilégios materiais e simbólicos de supremacia branca, opera pelo silêncio que mascara as desigualdades raciais na ordem social. Os discursos de neutralidade da universidade insistem em não reconhecer a branquitude, mascarar os pactos e os racismos que sustentam estes espaços (Laborne, 2017).

É importante ressaltar sobre os abismos de onde se produz conhecimento, por quem é produzido, com que recursos, ou seja, quais os recursos materiais e simbólicos existentes para legitimar os saberes produzidos. Grosfoguel (2016) afirma que “o racismo/sexismo epistêmico é um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo”, já que determina as verdades, propaga o monopólio do conhecimento na concentração de homens de determinados países e regiões, além de sustentar as formas de manutenção dos poderes hegemônicos.

O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo (Grosfoguel, 2016, p. 25).

Para Grosfoguel (2016), são necessários pelo menos três movimentos para que possamos descolonizar as estruturas de conhecimento das universidades ocidentais. O primeiro seria o reconhecimento do racismo/sexismo epistêmico que constituem a estrutura fundamental de um genocídio/epistemicídio implementado pelo projeto colonial e patriarcal, iniciado no Século XVI. O segundo diz respeito à necessidade de romper com a ideia do universalismo, no qual determinadas epistemologias hegemônicas decidem e definem por todos. E o terceiro movimento se direciona para o pluralismo, pluri-diversos, ampliando as possibilidades de sentido e conceituais.

² Sobre isso, Cardoso (2010) desenvolveu o conceito de branquitude crítica e acrítica. O autor se refere-se à branquitude crítica voltada aos indivíduos ou grupo branco que desaprovam publicamente o racismo, enquanto a branquitude acrítica está relacionada à branquitude individual ou coletiva que sustenta o argumento em prol da superioridade racial branca.

Terapia Ocupacional e os Efeitos da Branquitude: A Lei do Silêncio

No percurso das análises do BranquiTOde, ao adentrarmos na produção na produção epistemológica da terapia ocupacional, sob as lentes dos estudos críticos da branquitude, também identificamos o silêncio dos estudos da terapia ocupacional no que se refere às análises focadas nas desigualdades raciais. As desigualdades sociais estão presentes e são constantemente utilizadas para a contextualização das condições e modos de vida, contudo, as justificativas das desigualdades e exclusões das condições socioeconômicas e/ou pela classe social muitas vezes se tornam a única explicação.

Ainda que raça e pobreza sejam sinônimos no Brasil, essa associação apenas reafirma o compromisso inadiável de dimensões políticas, econômicas e culturais de embate contra a discriminação racial e ao racismo, associadas à criação de estratégias que efetivamente mudem as condições de vida das populações afro-brasileiras (Carneiro, 2011) e indígenas.

Sobre isso, à luz de Bento (2002), apontamos este silêncio, a omissão e, por vezes, a negação como o traço fundamental da branquitude e seus pactos narcísicos sustentados pela terapia ocupacional.

Reconhecer a branquitude como posição privilegiada de poder e acesso aos recursos materiais e simbólicos da sociedade, que conseqüentemente engendram as desigualdades sociais, aponta para a importância de se reconhecer as desigualdades, advindas, especificamente, da discriminação racial, para que seja possível reconhecer o lugar dos sujeitos brancos, vinculados à discriminação racial das/nas relações. Ao contrário disso, quando se atribui as desigualdades a um problema de classe, somente, sem considerar a racialidade do contexto e os privilégios envolvidos no engendramento das relações, o lugar do sujeito branco desaparece (Bento, 2002).

Temos produções, grupos, autores e autoras que apresentam construções teóricas e práticas da e na terapia ocupacional com o debate sobre a questão social, a desigualdade social, a vulnerabilidade social, a transformação social, entre outras dimensões há décadas (Barros et al., 2002; Cavalcante et al., 2008; Carleto et al., 2010; Munguba et al., 2018; Duarte, 2016; Bianchi, 2016; Silva, 2019). Como aponta Barros et al. (2002),

a questão social tornou-se parte intrínseca de uma certa terapia ocupacional no Brasil a partir da crítica elaborada por parte de alguns terapeutas ocupacionais em relação às bases, aos fundamentos de sua ação profissional. Isto ocorre como parte de um processo de reflexão que coloca em foco atuação profissional em instituições totais (Barros et al., 2002, p. 96).

Em uma busca por teses e dissertações que trazem em seus títulos os termos “terapia ocupacional e branquitude”, no catálogo de Teses e Dissertações da Capes, e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, não houve nenhum registro até a data de finalização deste trabalho. Fica evidente no percurso das análises empreendidas no material produzido pela terapia ocupacional, como artigos, teses e dissertações, que as críticas da terapia ocupacional em torno das desigualdades sociais já estão consolidadas no debate do campo. Entretanto, no que se refere à análise das desigualdades, com foco nas desigualdades raciais, observa-se uma lacuna nas produções brasileiras.

São raríssimas as relações entre as desigualdades sociais associadas às desigualdades raciais. Essa questão está presente desde o início dos estudos sobre as desigualdades raciais dos anos de 1970 no Brasil. Hasenbalg (1979), por um lado, já demonstrava como o racismo mantém as estruturas de desigualdades raciais e, por outro, como a construção histórica elaborada em relação ao fator fenotípico regula as posições nas estruturas de classes e no sistema de estratificação social.

o racismo é mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado, mas como servindo aos complexos e diversificados interesses dos grupos racialmente supraordenado no presente (Hasenbalg, 1979, p. 118).

O autor já apontava falhas tanto nas teorias marxista, pois não conseguiam explicar o racismo entre classes baixas e fora das estruturas de classes, como nas teorias coloniais, que não abordavam as relações entre estrutura e dominação de classes, opressões e estratificações raciais (Hasenbalg, 1979).

Provocadas por Bento (2002), consideramos que o apagamento histórico nas análises, voltadas para as desigualdades raciais, quando se problematiza as desigualdades, atribuindo-as e restringindo-as às condições materiais, camufla a discriminação ligada diretamente à desigualdade racial. A isso referimo-nos como o silêncio da/na terapia ocupacional, uma condição própria da branquitude que sustenta o campo, que não se vê na condição daquele que engendra o racismo e a discriminação no cotidiano.

O silêncio em torno de análises interseccionalizadas pela condição racial, voltadas aos sujeitos negros em relação às desigualdades de acesso aos privilégios materiais e simbólicos, e focadas nos sujeitos brancos, reconhecendo seu legado na escravidão e sem considerar as condições que os mantêm em posição privilegiada nos diferentes espaços sociais, tem como efeito a construção de um campo de práticas e saberes imbricado na manutenção dos privilégios, por sequer reconhecê-los.

Esta própria falta de reconhecimento é retroalimentada pelos privilégios que se tem em decorrência da cor da pele. Entretanto, tal discurso não pode ser usado como justificativa para o conformismo e a falta de enfrentamento do racismo, sobretudo, quando estamos falando do impacto do racismo no cotidiano dos sujeitos, em um contexto profissional responsável pela produção de cuidado, bem como de produção de conhecimento sobre a vida das pessoas, as atividades, ocupações e seus cotidianos. Não reconhecer os privilégios está no centro do debate sobre racismo e branquitude e precisa ser urgentemente reconhecido, encarado, enfrentado e debatido – transversalmente – em todos os campos de atuação da terapia ocupacional, reiterando seu compromisso de redução das desigualdades em todas as suas facetas, para além do social.

Bento (2002) apresenta em seus estudos sobre branquitude e poder nas organizações empresariais e governamentais uma repetição e uma persistência desses dados, e aponta o quanto os profissionais, mesmo aqueles responsáveis pela implementação de programas de promoção da igualdade e combate à discriminação, não se reconhecem como parte indissociável do cenário de discriminação racial e seu modo de funcionamento. Sobre isso, corroboramos as análises de Bento para pensarmos a terapia ocupacional, de que essa falta de reconhecimento é um dos primeiros sintomas da branquitude no/do campo.

À medida que a terapia ocupacional avançou em suas análises sobre as desigualdades, sem trazer a relevância das interseções, sobretudo, as raciais que foram silenciadas, identificamos uma lacuna em torno das diferentes dimensões dos privilégios dos sujeitos brancos. Os estudos críticos da branquitude nos ajudam a compreender que os sujeitos brancos têm o privilégio simbólico da brancura, sendo que a este indivíduo é dado o direito de circulação e acesso que muitas vezes é negado ao indivíduo negro em virtude da sua cor.

Portanto, atribuímos essa tentativa da terapia ocupacional em diluir o debate sobre raça, restringindo-se a analisar a classe social, como uma condição que camufla as raízes das desigualdades e perpetua sistemáticas racistas. Reconhecemos o grande contingente populacional de sujeitos brancos que vivem em situação de pobreza e miséria, no entanto, a estes sujeitos não são negados benefícios simbólicos, referenciais positivos sobre si, com isso, são capazes de manter sua autoestima e seu autoconceito (Bento, 2002).

No mais, no campo das expectativas e projeções de futuro, as referências de sucesso para os sujeitos brancos estão na mídia, na estética, nos processos legais e da justiça, na moral, nos altos postos de empresas, nas universidades, no poder público, são seus pares brancos que ocupam estes espaços, enquanto, para os sujeitos negros, seus pares de referência, aqueles em condições de “ascensão pelo trabalho” ocupam, em geral, o lugar de serviçal e subalternidade, ainda que possamos reconhecer inúmeros avanços e rupturas com esses padrões estabelecidos. Estudos sobre a situação do branco pobre nos Estados Unidos apontam como este sujeito é considerado “menos branco” por estar em uma posição menos privilegiada financeiramente, entretanto, não chega a ser classificado como negro (Wray, 2004).

Nessa direção, Schucman (2020b, p. 157) apresenta as apropriações de significados que a sociedade compartilha sobre “superioridade e pureza racial”. A autora observa o quanto a sociedade desenvolveu um sistema de hierarquias – silenciosas e camufladas – que atribuem uma escala de hierarquias, no que se refere a *status* sociais, a partir de um modelo ideal de brancura representado pelos sujeitos que ela entrevistou, como: tom de pele muito claro, cabelos lisos e loiros, traços finos, olhos claros e ascendência norte-europeia. A idealização dessa brancura, que opera como um modo de subjetivação, significa nas tramas das relações sociais que, quanto mais branco fenotipicamente, maiores as vantagens destes sujeitos nas relações sociais e institucionais. Ao contrário disso, quanto mais a pessoa se aproxime de estereótipos negros ou indígenas, mais esse corpo se destoa dos atributos de *status* definidos como “belo, desejável e admirável”.

Ainda, sobre os silêncios, nas análises da terapia ocupacional em relação às desigualdades raciais, em diálogo com Bento (2002) ao que parece, a produção epistemológica do campo no Brasil se desenvolveu solidária às condições de pobreza e injustiças sociais, mas, à medida que silencia as desvantagens raciais causadas pelo racismo e, concomitantemente, produtora das desigualdades sociais, a terapia ocupacional se calou diante da lógica que engendra as diferentes posições hierárquicas dos sujeitos no tecido social. Assim, como nos diz Cardoso (2010), olhar para os múltiplos aspectos da branquitude nos traz a dimensão da complexidade com que são estabelecidas as diferentes formas de privilégios obtidos pelos brancos em práticas racistas, por vezes, sutis.

Uma das relevâncias de enfrentar este debate para pensar sobre a produção epistemológica da terapia ocupacional no Brasil está ligada em trazer para a cena os diversos privilégios raciais das pesquisadoras do campo, em sua maioria, mulheres brancas. São críticas que não apagam a importância dessas mulheres para o desenvolvimento de uma terapia ocupacional engajada, crítica e socialmente posicionada em favor daqueles que sofrem as injustiças sociais, entretanto,

faz-se urgente reconhecer sob que lógicas operam essas análises – racistas – para que a terapia ocupacional assuma, em suas práticas, o discurso que tanto se repete no campo, como uma profissão de luta pelos direitos daqueles sujeitos que se encontram marginalizados pelo sistema, também junto e a partir dessas pessoas e comunidades.

Cardoso (2010, p. 614) joga luz sobre o quanto os sujeitos “brancos de classe média e alta procuram denunciar as injustiças praticadas ao branco pobre”. A isso ele se refere como “união e solidariedade da branquitude, que tem como objetivo a manutenção do *status quo*”, ou seja, a manutenção dos privilégios raciais deste grupo mesmo em condição de pobreza, ao que ele define como uma posição efeito do racismo estrutural. Como parte desse movimento, diversos projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão de terapia ocupacional, nas diferentes instituições universitárias, têm incorporado o debate social em sua produção de conhecimento, prático e teórico, consolidando o campo social como uma de suas áreas de atuação. A ampliação desse debate provocou deslocamentos importantes nos fundamentos filosóficos, epistemológicos e práticos da terapia ocupacional brasileira e latino-americana (Galheigo, 2014; Ramírez Pulgar & Schliebener Tobar, 2014; Guajardo & Galheigo, 2015; Zango Martín, 2015; Pino & Ulloa, 2016; Guajardo, 2016; Silva et al., 2019).

Contudo, há muito por fazer, por refletir. É preciso tocar nas feridas e aprofundar os processos de compreensão sobre como sistemas hegemônicos produzem e reproduzem lógicas coloniais, heterocispatriciais, capacitistas, imperialistas, capitalistas neoliberais e produzem exclusões e desigualdades que interferem diretamente nas ocupações e nas atividades humanas das pessoas e coletivos com que temos o privilégio de acompanhar nos mais diferentes campos, práticas e cursos de vida. São lógicas impregnadas nos modos de vida e nos cotidianos que interferem e muitas vezes definem trajetórias de vidas, processos de adoecimentos, experiências e subjetividades que envolvem todas as dimensões da vida. Esses processos muitas vezes são apresentados para e nas práticas terapêuticas ocupacionais, como queixas, diagnósticos, demandas, histórias de vida, cujas respostas não podem negar, silenciar, omitir, ignorar, reproduzir ou ainda sustentar os racismos, inclusive simbólicos e epistêmicos.

Vozes a Ecoar: Considerações Finais

Seguindo as proposições de Ware (2004), compreendemos a branquitude como um sistema global interligado, mas que se apresenta com diferentes inflexões e implicações, conforme o contexto em que é produzida. Dessa maneira, as análises universalizantes da experiência da branquitude a partir dos centros metropolitanos devem ser interrogadas (Steyn, 2004), bem como as análises universalistas hegemônicas dos saberes que podem nos levar a armadilhas.

Ressalta-se que a branquitude se posiciona de diferentes, complexas e matizadas maneiras, com características próprias de cada contexto em que ela se desenvolve. Nesse intuito, produziu-se o entrecruzamento das discussões sobre a terapia ocupacional e os estudos críticos da branquitude como uma composição temática, que se compreende como urgente de ser/estar transversalizado em todas as práticas, instituições, campos, áreas de atuação e serviços e não restrito a apenas determinados contextos voltados para o debate social.

Diversos estudos (Batista et al., 2012; Williams & Priest, 2015; Faustino, 2017; Passos, 2018) nos mostram que, além dos agravantes sociais decorrentes das desigualdades raciais, os efeitos da branquitude e o racismo são fatores de adoecimento físico e psíquico que precisam ser pensados, considerados e enfrentados nas práticas dos/das profissionais das diferentes áreas, como a saúde coletiva, a reabilitação física, profissional e psicossocial, por exemplo.

Nessa direção, as provocações contidas na trajetória da pesquisa buscaram lançar luzes para o jogo de forças do racismo, presente na terapia ocupacional brasileira, e colocar em análise de maneira localizada os efeitos da branquitude e seus contornos no cotidiano profissional. Tal aproximação significou olhar para os nossos privilégios enquanto pesquisadoras brancas, bem como para os privilégios materiais e simbólicos de um campo de conhecimento, erguido hegemonicamente pela branquitude, e a partir desse reconhecimento abrir novas perspectivas para que as profissionais/ pesquisadoras/a de terapia ocupacional assumam, de fato, seu compromisso ético-político com a justiça social.

Os Estudos Críticos da Branquitude forneceram lentes para questionarmos as bases epistemológicas da terapia ocupacional, em especial a uma produção criticamente engajada e socialmente posicionada na luta pela redução das injustiças sociais no Brasil, dando enfoque aos elementos da branquitude que atravessam estas práticas e discursos no cotidiano das/dos terapeutas ocupacionais na atualidade.

No mais, as reflexões produzidas durante os encontros do branquiTODE nos levaram a um fluxo de olhar para a nossa branquitude e em diversos debates identificamos situações e maneiras com que pactuamos e sustentamos o racismo no cotidiano. Nesse movimento, pactuamos que a cada encontro era necessário falar sobre nossos próprios racismos, identificar situações no trabalho, nos estudos e na vida pessoal, as quais a branquitude nos colocam em situações de privilégio e, por muitas vezes, em espaços em que as pessoas negras nem conseguem acessar devido às barreiras e os pactos sustentados por nós mesmas.

Esse reconhecimento, nada fácil, vem contribuindo na abertura das muitas camadas do racismo que nos constitui e, ao nos depararmos e assumirmos nosso racismo e nossos lugares de privilégios, identificamos, de maneira prática, quais espaços estamos inseridas, como estar consciente para promover mudanças possíveis, urgentes e necessárias, que passam pela dimensão individual e coletiva no cotidiano das relações. Assim como nos diz Schucman (2020a, p. 48), “para poder existir um movimento de branco antirracista é preciso considerar que os brancos são racistas e que eles estão em um lugar de privilégio para se movimentar contra”.

Com base nisso, suscitamos alguns questionamentos, aos quais não temos necessariamente a pretensão de respondê-los neste trabalho, mas, trata-se de provocações que incitam uma reflexão crítica e trazem pistas para novas pesquisas: quais foram as teorias e os discursos raciais incorporados na composição de saberes da terapia ocupacional? De que maneira as teorias racistas elaboradas pela medicina do final do Século XIX³ reverberaram na constituição da terapia ocupacional no Brasil? Quais os desdobramentos das práticas terapêuticas ocupacionais, em sua maioria, exercidas por mulheres brancas, dentro de uma realidade em que uma grande parcela dos sujeitos atendidos, nos serviços públicos, principal campo de atuação profissional, são negros e negras?

³ Como as teorias contidas na obra do médico maranhense Nina Rodrigues (1862-1906).

Nesse emaranhado de questões, pretendeu-se chamar a atenção para os regimes de verdade construídos historicamente no Brasil, sobre identidade racial, e de que maneira isso reverberou na composição de saberes e práticas da terapia ocupacional. Para tanto, ressaltamos a importância de produções do campo, que sustentam discursos socialmente engajados, mas que se silenciam frente às desigualdades raciais, à medida que não reconhecem as especificidades das opressões sofridas pelos sujeitos decorrentes da cor de sua pele. São análises que ajudam a pensar sobre, de que maneira, a construção epistemológica da terapia ocupacional brasileira é atravessada pelos privilégios materiais e simbólicos da branquitude, bem como isto está ligado aos saberes e práticas da profissão nos dias atuais e na própria formação acadêmica.

Esperamos que estas provocações sejam capazes de mobilizar o campo a pensar sobre as relações étnico-raciais como uma preocupação analítica transversalizada em todos os campos de atuação da terapia ocupacional, reconhecendo, frente às reflexões apresentadas, o impacto do racismo nas atividades humanas das pessoas e coletivos dos sujeitos acompanhados nos diferentes campos e práticas da terapia ocupacional. Assim, provocamos o campo e os núcleos a pensar, por exemplo, sobre: como conceber uma prática dentro dos contextos hospitalares sem considerar a cor daqueles que chegam cotidianamente nessas unidades, vítimas de balas perdidas e toda a violência que assola o povo negro? Ou, como manter o silêncio no campo da saúde dos trabalhadores, para o desmonte das leis de direitos trabalhistas, que afetam um enorme contingente de pessoas negras que mais sofrem com a precarização trabalhista?

Diante dessas provocações, convoca-se a todas e todos terapeutas ocupacionais e pesquisadoras, para que estejam atentos/as às especificidades que atravessam os sujeitos negros, e precisam estar transversalizadas às práticas nas diferentes áreas de intervenção, independente das perspectivas teóricas, levando em consideração em toda a construção da intervenção terapêutica o racismo como estruturante das relações sociais, que perpassa a existência.

Ademais, compreende-se que assumir a terapia ocupacional como um campo criticamente engajado e socialmente posicionado na luta pela redução das injustiças sociais no Brasil, mas permanecendo em silêncio analítico sobre as desigualdades raciais, é um sintoma da branquitude que, por seus pactos narcísicos, insistem em camuflar. No mais, evitar focalizar esta branquitude se opera como um pilar que, no interior da produção epistemológica da terapia ocupacional, perpetua as desigualdades raciais.

Por fim, nas pistas de Pino & Ulloa (2016, p. 425), convoca-se toda a comunidade da terapia ocupacional a exercer a “desobediência epistêmica na terapia ocupacional contemporânea”, o que significa assumir uma posição ético-político-cultural radical, no sentido de sair de uma compreensão de que os fundamentos da terapia ocupacional podem ser hegemônicos e compatíveis a qualquer realidade e contexto. Com base nisso, seguir na direção de uma construção pluriversátil, o que significa desvelar os processos de exclusão, opressão e vulnerabilidade em consonância com a realidade em que se desenvolve, a qual, no Brasil, está intrinsecamente conectada às relações étnico-raciais e racistas inauguradas pelo colonialismo europeu.

Este posicionamento técnico, ético, estético e político segue, por um lado, a contrapelo da realidade histórica hegemônica da terapia ocupacional brasileira, constituída por pessoas brancas, responsáveis por sua produção epistemológica, baseadas em conhecimentos importados dos Estados Unidos e Europa. Por outro lado, segue em fluxo constante e persistente ao lado de todas aquelas que tanto buscaram romper com padrões hegemônicos, buscando coerências nos processos de fazer-pensar-sentir terapias ocupacionais a partir das resistências, das lutas, dos sentidos e das tão necessárias transformações. Portanto, produzir

questionamentos sobre as desigualdades raciais na Universidade significa questionar as epistemologias dos campos de conhecimento e abrir frestas para outras cosmovisões, outras perspectivas de mundo, de vida, sendo uma aposta na invenção de outros modos de produzir saberes-fazeres, ciências e epistemologias.

Agradecimentos

À Fernanda de Cássia Ribeiro; Milena Izaura Castro, Luiz Falanque Junior; Rubia Henning; Yann Pinna, que compuseram com o grupo de estudos BranquiTODE e produziram com as autoras as reflexões sobre Racismo, Branquitude e Terapia Ocupacional no percurso da pesquisa.

Referências

- Ambrosio, L. (2020). *Raça, gênero e sexualidade: uma perspectiva da terapia ocupacional para as corporeidades dos jovens periféricos* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Ambrosio, L., & Silva, C. R. (2022). Interseccionalidade: um conceito amefricano e diaspórico para a terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30, 1-11.
- Barros, D. D., Ghirardi, M. I. G., & Lopes, R. E. (2002). Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 13(3), 95-103.
- Batista, L. E., Werneck, J., & Lopes, F. (2012). *Saúde da população negra*. Brasília: ABPN.
- Bento, M. A. S. (2002). *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bento, M. A. S. (2020). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Eds.), *Psicologia Social do racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. (pp. 25-58). Petrópolis: Vozes.
- Bianchi, P. C. (2016). *Terapia Ocupacional e a questão social: retratos da formação graduada a partir de um recorte latino-americano* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Brasil. (2012, 29 de agosto). Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília.
- Cardoso, L. (2008). *O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957–2007)* (Dissertação de mestrado). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latino-americana de Ciências Sociais*, 8(1), 607-630.
- Carleto, D. G. de S., Alves, H. C., & Gontijo, D. T. (2010). Promoção de Saúde, Desempenho Ocupacional e Vulnerabilidade Social: subsídios para a intervenção da Terapia Ocupacional com adolescentes acolhidas institucionalmente. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 21(1), 89-97.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Cavalcante, G. M. M., Tavares, M. M. F., & Bezerra, W. C. (2008). Terapia ocupacional e capitalismo: articulação histórica e conexões para a compreensão da profissão. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 19(1), 29-33.
- Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta.
- Costa, M., Santos, A., Souza, J., Costa, J., Porto, R., & Freire, S. (2020). Laboratório ISE: Construções de estratégias para restituição histórica e existencial de pessoas negras. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO*, 4(5), 734-741.
- Duarte, M. L. M. C. (2016). *Terapia Ocupacional e a Questão Social no Brasil: uma análise de suas publicações* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

- Farias, M. N., Leite Junior, J. D., & Amorim, S. G. S. (2020). Para la formación y la práctica antirracista: consideraciones para la terapia ocupacional. *Revista Chilena de Terapia Ocupacional*, 20(2), 237-247.
- Farias, M., Leite Junior, J., & Costa, I. (2018). Terapia ocupacional e população negra: possibilidades para o enfrentamento do racismo e desigualdade racial. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO*, 2(1), 228-243.
- Faustino, D. M. (2017). A universalização dos direitos e a promoção da equidade: o caso da saúde da população negra. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(12), 3831-3840.
- Frankenberg, R. (2004). A miragem de uma Branquitude não marcada. In V. Ware (Org.), *Branquitude, identidade branca e multiculturalismo* (pp. 307-338). Rio de Janeiro: Garamond.
- Galheigo, S. M. (2014). Sobre identidades, latinoamericanidades e construção de saberes em Terapia Ocupacional: diálogos com Boaventura de Sousa Santos. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 22(1), 215-221.
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, 31(1), 25-49.
- Guajardo, A. C. (2016). Terapias Ocupacionales desde el Sur: texto inaugural. In S. Simó, A. C. Guajardo, F. C. Oliver, S. M. Galheigo & S. García-Ruiz (Eds.), *Terapias Ocupacionales desde el Sur: derechos humanos, ciudadanía y participación* (pp. 41-62). Santiago: USACH.
- Guajardo, A. G., & Galheigo, S. M. (2015). Reflexiones crítica sobre los derechos humanos: contribuciones de la Terapia ocupacional latinoamericana. *Boletín de la Federación Mundial de Terapeutas Ocupacionales*, 71(2), 73-81.
- Hasenbalg, C. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Laborne, A. A P. (2017). Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In T.M.P. Muller & L. Cardoso (Eds.), *Branquitude estudos sobre a identidade branca no Brasil* (pp. 91-104). Curitiba: Appris.
- Melo, C. H., & Cruz, T. D. (2022). Terapia ocupacional e o racismo no espaço acadêmico. *Revista de Estudantes de Terapia Ocupacional*, 9(2), 59-63.
- Munguba, M. C., Malfitano, A. P. S., & Lopes, R. E. (2018). Debate over the “social question” in occupational therapy: an integrative review. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 26(4), 892-903.
- Nascimento, A. (2016). *O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas.
- Passos, R. G. (2018). “Holocausto ou Navio Negroiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argumentum*, 10(3), 10-23.
- Pereira, A. (2022). *Racismo e justiça ocupacional: construção de identidade e engajamento ocupacional de mulheres negras quilombolas* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Pino, J., & Ulloa, F. (2016). Perspectiva crítica desde Latinoamérica: hacia una desobediencia epistémica en terapia ocupacional contemporánea. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 24(2), 421-427.
- Piza, E. (2020). Porta de vidro: entrada para a branquitude. In I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia Social do racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 59-90). Petrópolis: Vozes.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Quijano, A. (Ed.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). Buenos Aires: CLACSO.
- Ramírez Pulgar, R., & Schliebener Tobar, M. (2014). Manifiesto latinoamericano de terapia ocupacional y ocupación. *Revista de Terapia Ocupacional Galicia*, 11(19), 1-18.
- Rocha, M. L., & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia*, 23(4), 64-73.
- Schucman, L. V. (2020a). *Racismo, Branquitude e Antirracismo: diálogos de encontro 26 a 28 de outubro de 2020*. Recuperado em 17 de fevereiro de 2023, de https://www.ibirapitanga.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Caderno_Ibirapitanga_Branquitude_racismo_antirracismo_%C6%92.pdf

- Schucman, L. V. (2020b). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo. Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Veneta.
- Silva, C. V. V. (2019). *A questão social na literatura acadêmica brasileira em Terapia Ocupacional* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Silva, C., Jara, R., Del Campo, Y., & Kronenberg, F. (2019). Terapias Ocupacionais do Sul: demandas atuais a partir de uma perspectiva sócio-histórica. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional*, 3(2), 172-178.
- Silva, P. E. (2017). O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In T. M. P. Muller & L. Cardoso (Orgs.), *Branquitude estudos sobre a identidade branca no Brasil* (pp. 10-31). Curitiba: Appris.
- Sousa, D. P. (2021). *Espaços de cuidado terapêuticos ocupacionais como estratégias de resistência e promoção das ações afirmativas e da equidade racial nos espaços universitários* (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Steyn, M. (2004). Novos matizes da “branquitude”: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. In V. Ware (Org.), *Branquitude, identidade branca e multiculturalismo* (pp. 115-138). Rio de Janeiro: Garamond.
- Ware, V. (2004). O poder duradouro da branquitude: um problema a solucionar. In V. Ware (Org.), *Branquitude, identidade branca e multiculturalismo* (pp.7-40). Rio de Janeiro: Garamond.
- Williams, D. R., & Priest, N. (2015). Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. *Sociologias*, 17(40), 124-174.
- Wray, M. (2004). Pondo “a ralé branca” no centro: implicações para as pesquisas futuras. In V. Ware (Org.), *Branquitude, identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- Zango Martín, I. (2015). *Terapia Ocupacional desde uma perspectiva intercultural* (Tese de doutorado). Universidad de Castilla-La Mancha, Talavera de La Reina.

Contribuição das Autoras

O texto é um dos produtos da pesquisa de pós-doutoramento de Roberta sob supervisão de Carla. A concepção do texto foi idealizada por ambas; a redação inicial e estrutura foi proposta por Roberta; as análises, as reflexões e revisões foram realizadas pelas duas autoras. Todas as autoras aprovaram a versão final do texto.

Autora para correspondência

Roberta de Mendonça Porto
e-mail: roberta.mendonca@medicina.ufrj.br

Editora de seção

Profa. Dra. Késia Maria Maximiano de Melo